

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	353.136.109	316.480.056
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(214.200.544)	(198.661.516)
LUCRO BRUTO	138.935.565	117.818.540
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Comerciais	(50.082.672)	(51.285.410)
Administrativas	(21.800.537)	(20.317.261)
Depreciações e Amortizações	(772.813)	(1.199.188)
Tributárias	(2.003.316)	(1.353.534)
Recuperações de Despesas e Outras	1.926.232	1.665.139
RESULTADO OPERACIONAL	66.202.459	45.328.286
Despesas Financeiras Líquidas	(3.497.123)	(2.616.589)
Isenção de IRPJ sobre Lucro da Exploração	11.161.661	7.525.349
LUCRO ANTES DO IMPOSTO	73.866.997	50.237.046
Contribuição Social sobre o Lucro	(5.764.069)	(4.068.293)
Imposto de Renda	(15.987.302)	(11.276.815)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52.115.626	34.891.938
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	R\$ 0,2765	R\$ 0,1851

Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, que requeressem a apresentação de uma Demonstr. do Resultado Abrangente

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ANTONIO GEORGES FARAH - Diretor-Presidente; IVO CUNHA FIGUEREDO - CT-CRC-MG 067035/0-S-PA.

tenham um efeito, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros. Tais ativos têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. Em 31 de Dezembro de 2016 não existem elementos do imobilizado de valor significativo que não estejam sendo utilizados nas atividades operacionais, nem que tenham sofrido perdas por *impairment*. **i) Fornecedores** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não-circulante. **j) Empréstimos e Financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Em seguida, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos, sendo classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que serão liquidadas após 12 meses da data de encerramento do exercício, que são demonstradas como passivo não-circulante. **k) Provisões para Contingências** – As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras, se necessárias, são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos da Companhia. **l) Outros Passivos Circulantes e Não-Circulantes** – Outros passivos circulantes e não-circulantes são reconhecidos pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos, de conformidade com o regime de competência. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social** – As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem somente a parcela corrente desses tributos. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e vigentes na data do encerramento do exercício. A companhia é beneficiária de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração, sendo o valor apurado a título de redução de imposto a pagar reconhecido na demonstração do resultado do exercício e posteriormente destinado para conta de reserva de capital, sendo também ajustado na base de cálculo dos dividendos a distribuir. **n) Distribuição de Dividendos** – O Estatuto da Companhia e a legislação societária prevêem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Em observância ao regime de competência, o valor dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas é reconhecido como passivo circulante nas demonstrações financeiras. **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Na data do encerramento do exercício, os valores em caixa e equivalentes de caixa apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):

NOTA 05 – ESTOQUES – Na data do encerramento do exercício, os estoques apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2016	2015
Num. em caixa	37.965	34.778
Dep. Banc. à vista	1.772.994	2.366.327
Aplic. financ.	122.988.126	93.485.273
TOTAIS	124.799.085	95.886.378

NOTA 07 – CAPITAL SOCIAL – A posição do Capital da Companhia em 31 de Dezembro pode ser resumida como segue (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2016	2015
Cap. Autorizado	90.000.000	80.000.000
Cap. Subscrito	78.480.517	70.955.168
Cap. Integralizado	78.480.517	70.955.168
Menos: Cap. a Subs.	(11.519.483)	(9.044.832)

ações preferenciais é priorizado o direito a um dividendo mínimo de 25% dos lucros de cada exercício. O mesmo direito, sem prioridade, é dado às ações ordinárias, que possuem direito exclusivo de voto nas deliberações da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de Abril de 2016, deliberou pelo aumento do Capital Social de

R\$ 70.955.168 para R\$78.480.517, mediante a capitalização da reserva oriunda dos incentivos fiscais referentes à isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração apurado no exercício de 2015, no montante de **R\$7.525.349**. Não houve emissão de novas ações em decorrência do aumento de capital social realizado. **NOTA 08 – DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** – Por proposta do Conselho de Administração os dividendos a serem distribuídos aos acionistas foram provisionados em montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado. **NOTA 09 – LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO** – O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício. **NOTA 10 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida pode ser demonstrada como segue (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2016	2015
Vendas brutas de produtos	416.103.795	376.066.430
Menos: Impostos sobre vendas	(58.379.512)	(56.616.610)
Menos: Devol. e vendas canceladas	(4.588.174)	(2.969.764)
Receita líquida de vendas	353.136.109	316.480.056

as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A** em 31 de Dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** – A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar

pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **e) Estoques** – Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. Os estoques são valorizados pelos custos reais de produtos (produtos acabados e em processo) e custos médios de aquisição (demais itens), após dedução de impostos compensáveis. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração. **f) Outros Ativos Circulantes e Não-Circulantes** – Os impostos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por tributos federais. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização. **g) Investimentos** – Os investimentos relevantes em empresas controladas, coligadas e ligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **h) Imobilizado** – Os elementos do Ativo Imobilizado são reconhecidos por seu custo histórico, corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1995, menos depreciação acumulada, exceto no caso de Terrenos, que não são depreciados. As depreciações são calculadas

pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. Essa estimativa de vida útil se baseia nos níveis de produção reais realizados e considera os seguintes prazos: Edificações: 25 anos; Veículos e Equipamentos de Informática: 5 anos; Demais componentes do imobilizado: 10 anos. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor contábil do imobilizado ou reconhecidos como ativo separado somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização tem sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, desde que os eventos

tenham um efeito, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros. Tais ativos têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. Em 31 de Dezembro de 2016 não existem elementos do imobilizado de valor significativo que não estejam sendo utilizados nas atividades operacionais, nem que tenham sofrido perdas por *impairment*. **i) Fornecedores** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não-circulante. **j) Empréstimos e Financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Em seguida, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos, sendo classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que serão liquidadas após 12 meses da data de encerramento do exercício, que são demonstradas como passivo não-circulante. **k) Provisões para Contingências** – As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras, se necessárias, são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos da Companhia. **l) Outros Passivos Circulantes e Não-Circulantes** – Outros passivos circulantes e não-circulantes são reconhecidos pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos, de conformidade com o regime de competência. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social** – As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem somente a parcela corrente desses tributos. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e vigentes na data do encerramento do exercício. A companhia é beneficiária de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração, sendo o valor apurado a título de redução de imposto a pagar reconhecido na demonstração do resultado do exercício e posteriormente destinado para conta de reserva de capital, sendo também ajustado na base de cálculo dos dividendos a distribuir. **n) Distribuição de Dividendos** – O Estatuto da Companhia e a legislação societária prevêem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Em observância ao regime de competência, o valor dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas é reconhecido como passivo circulante nas demonstrações financeiras. **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Na data do encerramento do exercício, os valores em caixa e equivalentes de caixa apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):

NOTA 05 – ESTOQUES – Na data do encerramento do exercício, os estoques apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2016	2015
Num. em caixa	37.965	34.778
Dep. Banc. à vista	1.772.994	2.366.327
Aplic. financ.	122.988.126	93.485.273
TOTAIS	124.799.085	95.886.378

NOTA 07 – CAPITAL SOCIAL – A posição do Capital da Companhia em 31 de Dezembro pode ser resumida como segue (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2016	2015
Cap. Autorizado	90.000.000	80.000.000
Cap. Subscrito	78.480.517	70.955.168
Cap. Integralizado	78.480.517	70.955.168
Menos: Cap. a Subs.	(11.519.483)	(9.044.832)

ações preferenciais é priorizado o direito a um dividendo mínimo de 25% dos lucros de cada exercício. O mesmo direito, sem prioridade, é dado às ações ordinárias, que possuem direito exclusivo de voto nas deliberações da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de Abril de 2016, deliberou pelo aumento do Capital Social de

R\$ 70.955.168 para R\$78.480.517, mediante a capitalização da reserva oriunda dos incentivos fiscais referentes à isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração apurado no exercício de 2015, no montante de **R\$7.525.349**. Não houve emissão de novas ações em decorrência do aumento de capital social realizado. **NOTA 08 – DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** – Por proposta do Conselho de Administração os dividendos a serem distribuídos aos acionistas foram provisionados em montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado. **NOTA 09 – LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO** – O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício. **NOTA 10 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida pode ser demonstrada como segue (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2016	2015
Vendas brutas de produtos	416.103.795	376.066.430
Menos: Impostos sobre vendas	(58.379.512)	(56.616.610)
Menos: Devol. e vendas canceladas	(4.588.174)	(2.969.764)
Receita líquida de vendas	353.136.109	316.480.056

Era o que nos cumpria apresentar em adendo às demonstrações contábeis ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento. Belém (PA), 31 de Dezembro de 2016. **ANTONIO GEORGES FARAH - Presidente. IVO CUNHA FIGUEREDO. CT CRC MG 067.035/0-S-PA. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e